



REFERENCIALIDADE E NARRATIVISMO: REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA DA HISTÓRIA

REFERENTIALITY AND NARRATIVISM: THOUGHTS ON THE PHILOSOPHY OF HISTORY

REFERENCIALIDAD Y NARRATIVISMO: REFLEXIONES SOBRE LA FILOSOFÍA DE LA HISTORIA

Luiz Henrique Bechtluft Bade¹

e575430

<https://doi.org/10.47820/recima21.v5i7.5430>

PUBLICADO: 07/2024

RESUMO

O presente artigo investiga, de maneira mais ou menos detalhada, a relação existente entre o problema da referência, consolidado no campo da Filosofia da Linguagem desde a primeira metade do século XX, e a Filosofia Narrativista da História, especialmente como entendida por Hayden White e Frank Ankersmit. De fato, no entendimento do estudo que segue, embora o Narrativismo tenha sido analisado sob vários prismas, faltam investigações aprofundadas a respeito de sua relação com a referencialidade da linguagem do historiador quando de sua produção. Com isso, uma zona potencialmente benéfica para a Filosofia da História acaba por não ser devidamente explorada. Tal problema será combatido com o artigo presente.

PALAVRAS-CHAVE: Narrativismo. Filosofia da História. Referência.

ABSTRACT

This article investigates, in more or less detail, the relationship between the problem of reference, consolidated in the field of Philosophy of Language since the first half of the 20th century, and the Narrativist Philosophy of History, especially as understood by Hayden White and Frank Ankersmit. In fact, in the understanding of the study that follows, although Narrativism has been analyzed from various perspectives, there is a lack of in-depth investigations regarding its relationship with the referentiality of the historian's language. As a result, a potentially beneficial area for the Philosophy of History ends up not being properly explored. This problem be addressed with this article.

KEYWORDS: Narrativism. Philosophy of History. Reference.

RESUMEN

Este artículo investiga, con mayor o menor detalle, la relación entre el problema de referencia, consolidado en el campo de la Filosofía del Lenguaje desde la primera mitad del siglo XX, y la Filosofía narrativista de la Historia, especialmente tal como la entendieron Hayden White y Frank Ankersmit. De hecho, en la comprensión del estudio que sigue, si bien el narrativismo ha sido analizado desde diversas perspectivas, faltan investigaciones en profundidad respecto a su relación con la referencialidad del lenguaje del historiador en el momento de su producción. Como resultado, un área potencialmente beneficiosa para la Filosofía de la Historia termina por no ser explorada adecuadamente. Este problema será abordado en el presente artículo.

PALABRAS CLAVE: Narrativismo. Filosofía de la Historia. Referencia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na tradição filosófica ocidental observada a partir da virada do século XIX para o século XX, houve, com efeito, uma mudança de foco no que concerne aos fenômenos que serviam de análise para a produção do conhecimento. Nesse sentido, a linguagem passou a exercer uma forte e ainda

¹ Universidade Católica de Petrópolis.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REFERENCIALIDADE E NARRATIVISMO: REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA DA HISTÓRIA
Luiz Henrique Bechtluftt Bade

sentida influência sobre os mais variados estudos de cunho filosófico. Como já exposto, as reflexões concernentes aos fenômenos linguísticos, tal qual à própria natureza da linguagem e de seus mecanismos, passaram a ser agrupados sob o termo “Giro Linguístico” (*Linguistic Turn*). Por intermédio das indagações de autores como Gottlob Frege (1848-1925), Bertrand Russell (1872-1970), Ludwig Wittgenstein (1889-1951) e Willard van Orman Quine (1908-2000), o conjunto de problemas filosóficos passou a contar com questões como teorias do significado e da referência, noções de verdade distintas daquela predominante no meio acadêmico ocidental até fins do século XIX¹, ataques a certas categorizações do mundo que eram proeminentes antes do Giro Linguístico² e uma gama de novas propostas para o entendimento do mundo e de suas categorias.

Entender a Filosofia Narrativista da História necessariamente perpassa analisar a influência exercida pela Filosofia pós Giro Linguístico sobre o campo da História. Para os fins do presente estudo (nomeadamente, compreender a utilização do conceito de referencialidade de que lançaram mão os filósofos narrativistas), é também imperativo enxergar dita influência³. A essa tarefa dedicar-se-á o estudo que segue.

A NOÇÃO DE REFERÊNCIA EM ALGUNS AUTORES DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM

É pertinente principiarem-se as discussões a respeito do problema filosófico da referência com Gottlob Frege, dado que o celebrado filósofo alemão é frequentemente considerado um dos primeiros expoentes da Filosofia da Linguagem como atualmente entendida (se não o primeiro). Na introdução à edição brasileira de *Conceitografia* (em alemão, *Begriffsschrift*), Paulo Alcoforado, Alessandro Duarte e Guilherme Wyllie escrevem, sobre Frege, que

(...) é, sem dúvida, uma das mais influentes figuras do pensamento contemporâneo, no que hoje chamamos de filosofia analítica. Contudo, pouco sabemos de seu cotidiano, de seus interesses pessoais e de sua personalidade. Nada tendo escrito sobre si mesmo, tudo que a seu respeito conhecemos decorre de um ou outro breve depoimento de algum parente, aluno ou colega (p. 5).

Matemático de formação, Frege doutorou-se com uma tese na área de geometria no ano de 1873. No ano seguinte, defendeu uma dissertação de docência (*Habilitationsschrift*), dessa vez com um trabalho sobre cálculo. Seu interesse pela Filosofia veio como uma espécie de adendo a seu trabalho matemático, marcado por um cuidado particularmente rigoroso em fundamentar e esclarecer os passos de qualquer raciocínio⁴. Assim, a juventude de Frege é protagonizada por estudos

¹ Cf. Tarski (2007).

² Um dos exemplos mais célebres é o ataque de Willard Quine à distinção, traçada por Kant, entre juízos analíticos e juízos sintéticos. Cf. Quine (1999), p. 20-46.

³ Nesse caso, uma influência exercida mais negativa do que positivamente, visto que, no que concerne à categoria de referência, o Narrativismo busca opor-se às teses mais tradicionais da Filosofia Analítica. Como essas concepções inspiraram profundamente a fase anterior ao Narrativismo no campo da Filosofia da História (nomeadamente, a Filosofia Crítica da História), a proposta narrativista de afastar-se da Filosofia Crítica da História é, também, uma tentativa de refutar as premissas filosóficas do começo do século XX nesse sentido.

⁴ Preocupação esta que esteve por detrás de sua obra mais celebrada (*Conceitografia*). Com efeito, a proposta principal do trabalho pode ser entendida como a formulação de uma linguagem formal que não deixe lacunas no



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REFERENCIALIDADE E NARRATIVISMO: REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA DA HISTÓRIA
Luiz Henrique Bechtluftt Bade

filosóficos profundos na área da lógica⁵. Com o tempo, contudo, o pensador passou a interessar-se pela Filosofia num sentido mais abrangente, e é essa parte de sua obra que será mais amplamente analisada na presente exposição.

Um traço relativamente constante na produção intelectual fregeana diz respeito às suas tentativas de remover dos sistemas explicativos o chamado psicologismo, isto é, o recurso a fatores como estados mentais, sensações, percepções de qualquer sorte e demais elementos comumente associados à mente. Os tentos explicativos do autor, seja em suas contribuições específicas à lógica ou no domínio mais amplo de sua filosofia, perpassam uma postura de atribuir aos conceitos, tidos como objetivos (ao menos mais objetivos do que o psicologismo), a primazia de análise. Com isso, como já defendido, Frege buscava a elaboração de esquemas conceituais que não deixassem lacunas.

A linguagem pela qual o autor se expressa é repleta de jargões matemáticos. Dita característica, quando aplicada aos estudos linguísticos de Frege, dá origem a uma obra densa e complexa, em que se destaca uma díade particularmente interessante para os fins da pesquisa que aqui se desenvolve: aquela entre senso ou sentido (*Sinn*, em alemão) e significado ou referência (*Bedeutung*). O raciocínio em questão faz-se um marco na Filosofia da Linguagem contemporânea, sendo imperativo expor seu alcance e características fundamentais.

De uma forma ainda rústica, pode-se diferenciar entre senso e referência em Frege argumentando-se que esta categoria diz respeito ao objeto, no mundo extralinguístico, que é identificado por um nome ou expressão qualquer, enquanto aquela denota a forma pela qual a referência ocorre. Embora suficiente, a explicação providenciada permanece obscura. Um desenvolvimento mais rigoroso é necessário.

Investigando o conceito de identidade (simbolizado com frequência pelo signo “=” no contexto da matemática), Frege chega à conclusão de que há uma diferença entre afirmar algo como “ $A=A$ ” e afirmar algo como “ $A=B$ ”, ainda que ambas as afirmações sejam corretas. Em linhas gerais, o autor argumenta que há uma diferença crucial de valor cognitivo entre as duas afirmações. $A=A$, nas palavras de Frege, “*holds a priori and, according to Kant, is to be labeled analytic*” (1948, p. 209). Enquanto isso, afirmações do tipo $A=B$ “*often contain very valuable extensions of our knowledge and cannot always be established a priori.*” (idem). Frege postula que a relação de identidade é estabelecida entre signos ou nomes de objetos, e não entre os objetos em si. Precisamente por isso, a diferença entre os dois tipos de afirmação supracitados faz-se uma distinção de valor cognitivo. É

processo de formação dos juízos matemáticos. Alcoforado, Duarte e Wyllie defendem que os objetivos de Frege podem ser encarados como próximos aos de Leibniz, naquilo que este entendia por *calculus philosophicus* (p. 9).

⁵ Campo que, na segunda metade do século XIX e na virada para o século XX, encontrava-se em particular efervescência, com contribuições diversas advindas de várias fontes. Para Frege, foi particularmente determinante a presença do sistema lógico booleano, ao qual se opôs. Cf. Frege (p.7).

⁶ “É aprioristicamente verdadeiro, e deve, de acordo com Kant, ser chamado de analítico”. Tradução nossa.

⁷ “Frequentemente contém valiosas extensões de nosso conhecimento e nem sempre podem ser estabelecidas a priori.”. Tradução nossa.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REFERENCIALIDADE E NARRATIVISMO: REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA DA HISTÓRIA
Luiz Henrique Bechtluftt Bade

nestas investigações que se encontra o caminho para um melhor entendimento quanto à distinção senso/referência.

O exemplo providenciado por Frege relaciona-se à distinção entre os termos “Estrela da Manhã” e “Estrela da Noite” (*Morning Star* e *Evening Star*). Ambos os termos são utilizados para denotar a mesma entidade no mundo extralinguístico (o planeta Vênus, nesse caso), mas cada uma dessas expressões logra fazê-lo de formas distintas. No vocabulário fregeano, os termos apresentam o mesmo significado (*Bedeutung*), mas sentidos (*Sinn*) díspares. Duas qualificações são necessárias.

Em primeiro lugar, é necessário pontuar que o senso de uma proposição qualquer não se trata de um subjetivismo arbitrário. Em outras palavras, embora seja possível referir-se aos mais variados objetos por nomes ou expressões distintas, o critério para se falar em senso não está nas preferências individuais do falante. Outra vez, é importante ter-se em mente que Frege objetiva livrar-se do psicologismo. À noção intrassubjetiva que um falante pode ter quanto ao significado dos termos que utiliza, Frege dá o nome concepção. Esta difere do senso de uma palavra precisamente por ser originada tão somente nas elucubrações particulares de um falante específico. O senso do termo, por outro lado, dá-se de forma intersubjetiva. Seu valor é mais ou menos fixado pelos hábitos de uma comunidade de falantes. Resumidamente,

*The referent of a proper name is the object itself which we designate by its means; the conception, which we thereby have, is wholly subjective; in between lies the sense, which is indeed no longer subjective like the conception, but is yet not the object itself.*⁸ (1948, p. 213)

Uma outra especificação é que a relação entre senso e referência é assimétrica. Em outras palavras, um nome ou expressão pode ter um senso sem ter uma referência, mas o contrário nunca é possível. Frege fornece como exemplos uma série de afirmações a respeito dos feitos de Odisseu (a personagem fictícia dos poemas homéricos). Como se trata de uma entidade ficcional, o nome não designa, de fato, um objeto no mundo externo à linguagem. Contudo, a expressão é dotada de sentido, e é possível perceber o que se quer dizer por seu intermédio. A relação acima mencionada é assimétrica, precisamente, porque, no pensamento fregeano, o significado de uma afirmação é seu senso acrescido a um valor de verdade. O salto entre uma categoria e outra é dado pela preocupação em estabelecerem-se valores de verdade ao senso de um nome ou expressão. Frege assim se expressa:

We are therefore driven into accepting the truth value of a sentence as its referent. By the truth value of a sentence I understand the circumstance that it is true or false. There are no further truth values. For brevity I call the one the true, the other the false. Every declarative sentence concerned with the referents of its words is

⁸ “O referente de um nome próprio é o próprio objeto que designamos por seus meios; a concepção que temos assim é totalmente subjetiva; no meio está o sentido, que na verdade não é mais subjetivo como a concepção, mas ainda não é o próprio objeto.”. Tradução nossa.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REFERENCIALIDADE E NARRATIVISMO: REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA DA HISTÓRIA
Luiz Henrique Bechtluftt Bade

*therefore to be regarded as a proper name, and its referent, if it exists, is either the true or the false.*⁹ (1948, p. 216)

A teoria da referência de Frege, então, pode ser colocada nos seguintes termos. Existe uma diferença aguda entre senso e referência. A primeira categoria diz respeito às combinações de signos e nomes que dão origem a cadeias de significados, mais ou menos socialmente determinados. A segunda categoria, nem sempre presente¹⁰, somente assume dois valores: o verdadeiro e o falso. Tal é o caso porque Frege define “referência” em termos das circunstâncias sob as quais um juízo pode ser considerado verdadeiro. A forma como uma proposição se faz verdadeira (ou falsa) é variada, mas, se tal ponte é cruzada, tem-se a referência¹¹.

Os elementos até agora discutidos na obra de Frege (senso e significado), em verdade, já haviam sido previamente discutidos (sob nomenclatura ligeiramente diversa) por filósofos anteriores. Notoriamente, John Stuart Mill se havia valido dos conceitos de denotação e conotação para trabalhar com as ideias relativas à referência de descrições e nomes. Contudo, há uma grande diferença entre a forma como Frege trata dito problema e a forma como Mill (assim como pensadores próximos às suas ideias) o faz. Tal distinção é profundamente relevante para o trato dos problemas relativos à Filosofia da História a serem futuramente analisados.

Para Mill, nomes próprios não apresentam conotação. Em termos menos formais, tais termos tão somente introduzem nos segmentos linguísticos, de forma direta¹², o objeto do qual falam, sem interpretá-lo de acordo com qualquer significado. Frege, por sua vez, introduz a ideia de que nomes apresentam sentidos, sendo, portanto, cognitivamente equivalentes a (algumas) descrições. O já avaliado problema de afirmações de identidade deriva exatamente desse mecanismo da filosofia fregeana. Afirmações como $A=A$ e $A=B$ são, de acordo com o alemão, relações estabelecidas entre nomes de coisas, e não entre as coisas em si. Essa posição só pode se sustentar, em casos em que A e B são correferenciais, diante da ideia de que nomes são mais do que suas denotações¹³.

Frege, com efeito, pode ser colocado entre as primeiras figuras (ao menos na contemporaneidade) a refletir sobre o tema da referência. Todavia, suas teses foram, em alguma

⁹ “Somos, portanto, levados a aceitar o valor de verdade de uma frase como seu referente. Pelo valor de verdade de uma frase entendo a circunstância de ela ser verdadeira ou falsa. Não existem mais valores de verdade. Para ser breve, chamo um de verdadeiro e o outro de falso. Toda afirmação declarativa preocupada com os referentes de suas palavras deve, portanto, ser considerada como um nome próprio, e seu referente, se existir, é o verdadeiro ou o falso.”. Tradução nossa.

¹⁰ Lembra-se o caso de Odisseu. Esse ponto é particularmente interessante, porque nomes ficcionais são tratados de forma radicalmente distinta por Bertrand Russell, outro nome de notória influência no campo da Filosofia da Linguagem. Sua teoria das descrições definidas pode ser encarada como uma negação da tese fregeana relativa a termos como Odisseu. Cf. Russell (1905). Mais sobre o tema será dito no segmento subsequente.

¹¹ Uma ressalva importante deve ser feita. A referência de afirmações completas é o verdadeiro/o falso. Contudo, para termos individuais, a posição de Frege é de que o termo se refere às entidades extralinguísticas individuais.

¹² A teoria da referência direta não será debatida no presente texto, uma vez que, no entendimento do autor, esta não é aplicável à linguagem historiográfica. Uma versão mais contemporânea de dita teoria pode ser encontrada na obra de David Kaplan. Cf. Abbott (2010).

¹³ Evidentemente, se Mill está certo em suas análises, a correferencialidade de A e B no exemplo supracitado faria de $A=B$ cognitivamente equivalente a $A=A$. Essa conclusão, contudo, parece contraintuitiva, e Frege tenta solucionar o problema concedendo senso/conotação aos nomes próprios.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REFERENCIALIDADE E NARRATIVISMO: REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA DA HISTÓRIA
Luiz Henrique Bechtluftt Bade

medida, criticadas por filósofos subsequentes, dentre os quais se destaca a figura do filósofo e matemático Bertrand Russell.

Tal qual Frege, o inglês Bertrand Arthur William Russell consolidou-se como uma figura notória na tradição analítica da Filosofia ocidental. Com efeito, suas produções a respeito da lógica matemática, da filosofia da linguagem e dos fundamentos da lógica fizeram-se influentes em diversos respeitos. Para os propósitos do presente estudo, contudo, um fator específico na obra de Russell será analisado: sua teoria das descrições definidas (*theory of definite descriptions*), que pode ser vista como uma resposta às reflexões de Frege, já expostas no segmento anterior.

Russell, em verdade, nega a distinção fregeana entre senso (ou sentido) e significado (ou referência). No lugar de tal elemento, o que o britânico busca arguir é que, em muitas instâncias, há certas descrições que logram substituir (em valor cognitivo) os nomes das entidades extralinguísticas. Essas descrições, na terminologia já exposta, são definidas na medida em que buscam individuar ou selecionar unicamente (em inglês, *to pick out uniquely*) os elementos aos quais fazem referência. Russell preserva as reflexões fregeanas sobre a identidade¹⁴, mas não sente a necessidade de distinguir entre as duas categorias das quais se vale o germânico.

O sistema de Russell parte da categoria de frase denotadora (*denoting phrase*), que, resumidamente, consiste na quantificação sobre alguma variável. Nas palavras do próprio Russell, uma frase denotadora é

*a phrase such as any one of the following: a man, some man, any man, every man, all men, the present King of England, the present King of France, the centre of mass of the Solar System at the first instant of the twentieth century, the revolution of the earth round the sun, the revolution of the sun round the earth. Thus a phrase is denoting solely in virtue of its form*¹⁵. (op. cit., p. 479)

Uma peculiaridade de frases denotadoras é que, como são o que são em virtude de sua forma, uma dita frase pode ser denotadora e, ainda assim, nada denotar¹⁶.

A partir da categoria em questão, Russell objetiva contrapor-se a dois sistemas explicativos: os de Alexius Meinong e Gottlob Frege. Sobre o primeiro, Russell critica, em particular, a teoria de objetos inexistentes propugnada por Meinong¹⁷. Quanto a Frege, Russell direciona sua crítica às afirmações desprovidas de denotação (no vocabulário fregeano, afirmações que apresentam um senso, mas não um significado).

¹⁴ Segundo as quais, reitera-se, existe uma diferença entre uma afirmação do tipo "A=A" e uma do tipo "A=B".

¹⁵ "uma frase como qualquer uma das seguintes: um homem, algum homem, qualquer homem, todo homem, todos os homens, o atual Rei da Inglaterra, o atual Rei da França, o centro de massa do Sistema Solar no primeiro instante do século XX, a revolução da Terra em torno do Sol, a revolução do Sol em torno da Terra. Assim, uma frase é denotadora apenas em virtude de sua forma." Tradução nossa.

¹⁶ Russell fornece como exemplo qualquer afirmação que tenha como sujeito "o presente rei da França". Como, no momento, não há um rei da França, nenhuma afirmação que tenha tal termo como sujeito denotará o que quer que seja, embora qualquer proposição que tenha esse termo como sujeito assuma, no sistema de Russell, a forma de uma frase denotadora.

¹⁷ O presente texto não se ocupará desse debate. Cf. Griffin, Jacquette (2009) e Perszyk (1993).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REFERENCIALIDADE E NARRATIVISMO: REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA DA HISTÓRIA
Luiz Henrique Bechtluftt Bade

Recapitulando o sistema de Frege, uma afirmação como “o atual rei da França é calvo” seria analisada como uma frase imbuída de sentido, mas que falha em se referir a algo no mundo extralinguístico. A inexistência de um atual rei da França faz dessa afirmação, aos olhos de Frege, algo no mesmo nível cognitivo das já mencionadas afirmações sobre Odisseu. Como resultado, segundo o germânico, quaisquer proposições que tenham “o atual rei da França” como sujeito não são nem verdadeiras nem falsas. Apresentam um significado mais ou menos fixo, mas, como são analisadas no mesmo nível cognitivo de afirmações sobre Odisseu, sua análise pode encerrar-se nesse quesito.

Para Russell, contudo, proceder dessa forma é impossível, dado que o britânico rejeita a distinção entre senso e significado. Dessa forma, afirmações como “o atual rei da França é calvo” são analisadas de acordo com três premissas básicas¹⁸:

- 1) Há no mínimo um rei da França.
- 2) Há no máximo um rei da França.
- 3) Todo x que é rei da França é calvo.

Ademais, se há qualquer y sobre o qual se pode afirmar que y é rei da França, então y é necessariamente igual a x. Em notação canônica, as condições acima expostas são resumidas em:

$$\exists x (Fx \& Gx \& \forall y (Fy \rightarrow y=x))^{19}$$

Como, no sistema de Russell, nenhum elemento da realidade é bem-sucedido em cumprir com os requisitos lógicos da afirmação em questão, a proposição “o atual rei da França é calvo” é falsa, pois falha em individuar o que quer que seja. A teoria russelliana difere do sistema fregeano em pontos essenciais²⁰, mas parte de uma premissa em comum, a ser exposta a seguir.

Tanto para Russell quanto para Frege, a referência dá-se pela identificação de um elemento particular. Para este, como já visto, esse elemento é o verdadeiro ou o falso, que podem ser identificados por meio de diferentes caminhos (o senso/sentido da proposição). Para aquele, que não parte da díade fregeana, há uma gama de elementos que podem ser unicamente identificados por meio de nomes ou descrições definidas. De qualquer forma, pode-se colocar, de forma relativamente segura, que a referência, na Filosofia Analítica, ocorre por meio da seleção única (*picking out uniquely*) de algum elemento da realidade. Uma qualificação importante, que será de grande valia em

¹⁸ A análise subsequente é retirada de Noonan (2013).

¹⁹ Aqui, “F” deve ser lido como o predicado “ser o rei da França” e “G” como o predicado “ser calvo”. “x” e “y” servem como variáveis livres.

²⁰ Por motivos de economia de espaço, algumas das oposições mais significativas entre as teorias de Russell e de Frege não serão aqui explicitadas, uma vez que são dispensáveis para o debate do problema da referência. Para uma exposição mais detalhada das semânticas fregeana e russelliana, cf. Abbott, op. cit.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REFERENCIALIDADE E NARRATIVISMO: REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA DA HISTÓRIA
Luiz Henrique Bechtluft Bade

breve, é que essa identificação única deve ser feita de forma objetiva, isto é, independente das concepções particulares do indivíduo que produz a afirmação²¹.

Em Frege e Russell, tem-se a base para as discussões contemporâneas sobre a referência. Com efeito, suas teorias, denominadas descritivistas (por atribuírem aos nomes significados equivalentes a uma descrição definida específica²²) constituem a fundamentação para a maioria dos desenvolvimentos filosóficos subsequentes relativos a essa área. Contudo, outros nomes projetaram-se como indispensáveis para o estudo de tal característica da linguagem. Os estudos de mais uma das figuras que se consolidaram com estudos aprofundados sobre o tema, o estadunidense Willard van Orman Quine, serão agora analisados.

Tal qual Frege e Russell, Quine fez-se uma das mais celebradas figuras do século XX no campo da lógica. Suas contribuições, tidas em alta estima por seu escopo e profundidade de análise, compreendem os campos da Filosofia da Linguagem, da Ciência e da Lógica, cobrindo campos como Ontologia²³, Epistemologia²⁴ e variados problemas de ordem metafísica²⁵. No que concerne à Filosofia da Linguagem propugnada por Quine, esta apresenta uma operacionalização dos conceitos fundamentais de aprendizado de línguas e das categorias elementares da linguagem relativamente díspar daquilo que filósofos como Frege e Russell pensaram. A marca central dos estudos do estadunidense sobre a linguagem é sua tendência a valer-se do behaviorismo como ferramenta de análise. No prefácio de seu *Word and Object*, Quine afirma que

*language is a social art. In acquiring it we have to depend entirely on intersubjectively available cues as to what to say and when. Hence there is no justification for collating linguistic meanings, unless in terms of men's dispositions to respond overtly to socially observable stimulations.*²⁶ (p. ix)

Para Quine, portanto, pensar o fenômeno da referência necessariamente perpassa estudar os processos de aquisição da linguagem, e este procedimento, por sua vez, requer reflexões

²¹ Reitera-se que, em Frege, o senso/sentido de uma afirmação é algo *entre* a objetividade do próprio objeto e a subjetividade da concepção individual sobre o mesmo.

²² A teoria descritivista de Frege e Russell recebeu contornos distintos pelas mãos de pensadores como o estadunidense John Searle e o inglês Peter Strawson. Segundo estes, o significado (e, portanto, a referência) de um nome se dá mediante sua identificação com um *conjunto* (*cluster*) de descrições no lugar de uma descrição separada. Para os fins do presente artigo, ambas as variantes serão conjuntamente agrupadas.

²³ Campo em que Quine tem um de seus mais influentes artigos, *On what there is*. Cf. Quine (1999, p. 1-19).

²⁴ Tópico que, possivelmente, teve as mais significativas contribuições de Quine no contexto geral de sua produção intelectual. Seu *Two dogmas of empiricism*, possivelmente, é o trabalho mais celebrado do estadunidense.

²⁵ A obra de Quine se caracteriza por uma profunda preocupação em pensar os fundamentos do pensamento e da linguagem científica. Assim sendo, a Metafísica quineana não pode ser radicalmente diferenciada de sua Ontologia. Em verdade, o principal problema metafísico para Quine é, precisamente, estabelecer quais entidades podem ser assumidas no plano da realidade com fins de estudos de cunho científico.

²⁶ "A linguagem é uma arte social. Ao adquiri-la, temos de depender inteiramente de pistas intersubjetivamente disponíveis sobre o que dizer e quando. Portanto, não há justificativa para comparar significados linguísticos, a não ser em termos das disposições dos homens para responder abertamente a estímulos socialmente observáveis." Tradução nossa.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REFERENCIALIDADE E NARRATIVISMO: REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA DA HISTÓRIA
Luiz Henrique Bechtluft Bade

aprofundadas sobre comportamentos linguísticos observáveis. É interessante observar que, no sistema elaborado pelo estadunidense, a teoria do significado também é socialmente determinada²⁷.

Quine estabelece uma ordem específica para o aprendizado das competências linguísticas²⁸. No princípio, argumenta o filósofo, termos circunstanciais são os mais prováveis de serem enunciados por um novo falante de uma comunidade específica. Enunciados simples, como “vermelho!” ou “cachorro!” (equivalentes a expressões como “lá está um cachorro” ou “vermelho aqui”), produzidos quando o falante constata a presença de ditos elementos da realidade, muito provavelmente serão as primeiras ferramentas linguísticas das quais um novo agente valer-se-á para comunicar-se. Então, uma série de respostas socialmente observáveis, na forma de recompensas ou admoestações (no caso de um infante, algo tão simples quanto a satisfação dos pais pelo uso correto do termo pode ser exemplo de recompensa, e sinais de descontentamento podem exemplificar o outro lado) exercerá um papel de condicionamento dos usos futuros dessas expressões situacionais.

Um conceito particularmente importante para a análise quineana faz-se presente no cenário atual: aquele de base de similaridade (*similarity basis*). Conforme o novo falante de certo idioma “colecciona” instâncias de enunciação dos termos fundamentais, e recebe respostas tidas como agradáveis no caso de enunciações socialmente aceitáveis (e desagradáveis no caso de enunciações que escapam ao quadro conceitual do meio social do indivíduo), começa a formar-se um critério, que pode ser acessado pelo falante antes de novas iterações de termos como “vermelho” ou “cachorro” para julgar previamente a adequação da palavra que se pretende enunciar.

A partir disso, argumenta Quine, o falante adquire, gradualmente, competências linguísticas suficientes para ser capaz de determinar a generalidade de termos como os supracitados. Isto é: guiado pelo princípio do prazer (ativado, mais uma vez, pelas respostas que sucedem as enunciações dos termos), o infante (ou adulto que aprende um idioma estrangeiro) logra perceber que “vermelho”, “verde”, “cachorro”, “cavalo” e termos semelhantes não são meramente individuais concretos²⁹, mas sim termos gerais³⁰. Destinchado de outra maneira, reiterações desse tipo de termo fazem com que, eventualmente, o falante perceba que “x” é um cavalo, que “y” é um cavalo e que x e y têm em comum o fato de serem cavalos. Assim, enunciados situacionais como “vermelho!” eventualmente dão lugar, via bases de similaridade, à percepção de que “vermelho” é um termo universal, e de que “esse vermelho” é igual “àquele vermelho”, e assim por diante.

²⁷ Como a passagem citada acima sugere, Quine pensa a teoria do significado em termos das disposições de falantes competentes do idioma a responder, de uma ou outra forma, às enunciações (*utterances*) de certos termos.

²⁸ É importante ressaltar que a ordem que será brevemente exposta a seguir é posta por Quine não como invariável ou universal, mas meramente como a sequência mais provável segundo a qual as ferramentas linguísticas são assimiladas (seja por um infante aprendendo sua primeira língua, seja por um adulto que entra em contato com uma língua estrangeira).

²⁹ Qual seja, corpos individuais, presentes especificamente num lugar “l” e num tempo “t” bem determinados.

³⁰ Termos que se aplicam a várias entidades. Conceitos que organizam categorialmente o mundo.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REFERENCIALIDADE E NARRATIVISMO: REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA DA HISTÓRIA
Luiz Henrique Bechtluft Bade

Formadas as classes fundamentais, como “vermelho”, “cachorro”, “madeira” e palavras semelhantes, ocorre uma ascensão³¹, novamente orientada pelo princípio do prazer e pelas distintas bases de similaridade, para que o falante passe a considerar classes de classes. Isto é, fundamentado o uso correto de termos gerais como “cavalo”, “cachorro”, “verde” e “vermelho”, o agente linguístico pode, novamente, agrupar os termos em classificações de segunda ordem. Nesse estágio, diz Quine, o falante percebe que cavalos e cachorros têm mais em comum entre si do que qualquer um dos dois tem com termos como “verde”, podendo desenvolver, gradativamente, o domínio sobre termos como “animal”. Da mesma forma como o neonato aprende (como já exposto acima) que “x” é um cavalo, “y” é um cavalo e os dois têm em comum o fato de serem cavalos, ele pode aprender que cavalos são animais, cachorros são animais e os dois têm em comum pertencer a essa classe de segunda ordem.

O aprendizado da linguagem assim se dá até os níveis mais abstratos. Orientado pelo comportamento socialmente observável de falantes competentes, novos agentes linguísticos movem-se do nível dos particulares concretos, perpassando termos gerais, classes de classes e assim por diante, até chegarem à própria noção de “classe”, a princípios de quantificação, a conceitos abstratos como “forma” ou “ideia”. O uso adequado de cada um dos termos, inferido a partir da base de similaridade, orienta a capacitação do novo falante no âmbito da linguagem que este adquire. A referência, então, é estabelecida durante a aquisição da linguagem, como uma sistematização cada vez mais fixa dessa estruturação categorial do mundo.

A particularidade das teses de Quine dá-se pelo fato de que o estadunidense está disposto a ancorar rigidamente o fenômeno da referência aos comportamentos linguísticos de uma comunidade de agentes. Isto é, o filósofo está disposto a partir do princípio de que qualquer definição de referência ou significado para um termo encontra suas raízes no *modus operandi* de meios sociais determinados³². Quine é, com efeito, rigidamente coerente em suas análises, visto que seus trabalhos na Filosofia da Ciência partem de pressuposições semelhantes³³. A referência, contudo, pode ser vista, em Quine, sob um prisma muito semelhante àquele a ela conferido por Russell e

³¹ Conceito retirado do próprio Quine, em seu (supracitado) artigo *Two dogmas of empiricism*. Lá, o autor fala sobre uma ascensão semântica (*semantic ascent*), que consiste em sair do campo da linguagem que fala sobre o mundo e passar para o campo da linguagem que fala sobre a própria linguagem. O termo, então, é aqui usado para denotar dito uso de segunda ordem.

³² Vê-se uma veia consideravelmente wittgensteiniana na forma como Quine produz suas argumentações. Suas elaborações teóricas parecem reiterar, com alguma força, a noção de que imaginar uma língua é imaginar uma forma de vida, tão claramente defendida em Wittgenstein (1999). Uma das consequências dessa postura é a (parcial ou total) indeterminação da tradução. De fato, dado que fatores como referência e significado têm sua origem em modos socialmente aceitáveis de estruturar categorialmente o mundo, pensar na tradução torna-se problemático, visto que duas comunidades humanas muito dificilmente têm padrões comportamentais idênticos.

³³ O chamado “problema de Duhem-Quine” pode ser enxergado como um espelho da argumentação sobre a aquisição da linguagem no campo da Filosofia da Ciência. De fato, de acordo com o problema, qualquer sucesso ou fracasso de enunciados teóricos quaisquer deve-se ao corpo de conhecimento científico como um todo, e não apenas àquele enunciado ou àquela teoria. Em cada articulação científica individual, toda a ciência é posta em cheque. Da mesma forma, em cada enunciação particular de um contexto linguístico, toda a categorização do mundo observada naquela forma de vida é evocada. Sobre o problema de Duhem-Quine, cf. Zahar (2007).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REFERENCIALIDADE E NARRATIVISMO: REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA DA HISTÓRIA
Luiz Henrique Bechtluftt Bade

Frege. Embora a origem da determinação da referência seja social em Quine, o ato referencial em si ainda consiste em individuar algum elemento da realidade, selecioná-lo unicamente.

Discutidas algumas das principais teses produzidas no âmbito da Filosofia da Linguagem a respeito do fenômeno da referência, o presente trabalho pode voltar a tratar mais diretamente do tópico central do estudo atual: o tratamento conferido pela Filosofia Narrativista da História ao problema da referencialidade. Os próximos segmentos ocupar-se-ão dessas discussões.

O argumento da referência como entendido pelos autores narrativistas

As teorias da referência acima analisadas são, frequentemente, agrupadas sob a alcunha de *teorias descritivistas* do fenômeno referencial. Tal é a terminologia utilizada porque, de uma forma ou de outra, a referencialidade de nomes próprios, termos naturais³⁴ é encarada por autores como Frege, Russell e Quine como equivalentes a alguma descrição, implícita ou explicitamente presente³⁵. Os sentidos de Frege, as expressões denotadoras de Russell e os estímulos sensoriais de Quine exercem o papel de fixar descrições segundo as quais a referência dos mais variados nomes é fixada. O Narrativismo, ao menos como interpretado por Hayden White e Frank Ankersmit, segue vias parecidas em sua análise da referencialidade em História.

Começando por Ankersmit, cujo trabalho é mais filosoficamente explícito no que concerne aos fenômenos linguísticos, sua formulação em *Narrative Logic* assim procede: toda proposição historiográfica faz-se analiticamente verdadeira. Tal fenômeno é resultante de sua distinção entre sujeitos narrativos e substâncias narrativas³⁶. Em última análise, o presente artigo defende que dita teoria pressupõe precisamente a teoria descritivista da referência.

Dado o holismo observado na Filosofia Narrativista da História, o que Ankersmit argumenta é que, embora uma substância narrativa não seja uma entidade puramente linguística, suas partes constituintes o são. Em outras palavras, dado um artigo ou livro que discute, por exemplo, a

³⁴ Expressão pela qual termos como “ouro”, “água” e “chumbo” são conhecidos no âmbito da Filosofia da Linguagem.

³⁵ Em seu artigo *On Denoting*, Russell vale-se explicitamente da noção de identidade entre um nome próprio e uma descrição, comumente explicitada como expressão denotadora. Frege, por sua vez, parte de uma teoria descritivista ao postular sua famosa distinção senso/referência, uma vez que é no senso que a forma particular do ato referencial é colocada em evidência. Quine já encara a equivalência descrição/nome próprio de maneira mais sutil. Em sua teoria, o uso de termos mais complexos, como “animal” ou “pessoa” é derivado do uso de termos mais simples como “cachorro” ou “mãe”, e tal processo ocorre segundo uma base de similaridade e de acordo com estímulos externos ao estudante de uma língua qualquer. Nesse sentido, pode-se defender que, em suas raízes mais fundamentais, os termos mais elementares apreendidos pelo neonato ou estudante de línguas equivalem a descrições um pouco mais subjetivas como “cor observada nos momentos {T1, Tn}” ou “ser do mesmo tipo que Fido”. Ainda assim, a referência aos termos mais fundamentais, da qual todos os demais atos referenciais derivam, é fixada por meio de uma descrição.

³⁶ Um sujeito narrativo é, em Ankersmit, o elemento do mundo extralinguístico sobre o qual uma determinada obra historiográfica fala. Uma substância narrativa, por outro lado, constitui um elemento não linguístico que orienta a produção da Narratio. Considerem-se duas narrativas sobre Napoleão. Ambas discorrem sobre o mesmo indivíduo, nascido na segunda metade do século XVIII e falecido na primeira metade do século XIX. Contudo, argumenta Ankersmit, em cada uma das narrativas sob consideração uma interpretação distinta da vida e dos feitos de Napoleão será apresentada e desenvolvida. Nesse sentido, pode-se falar num “Napoleão(A)” e num “Napoleão(B)”, ou ainda num “Napoleão como interpretado por A” e num “Napoleão como interpretado por B”. Na terminologia de Ankersmit, as duas narrativas apresentam o mesmo sujeito narrativo, mas duas substâncias narrativas distintas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REFERENCIALIDADE E NARRATIVISMO: REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA DA HISTÓRIA
Luiz Henrique Bechtluftt Bade

Revolução Industrial, cada afirmação individual presente nesta composição contribuirá para a formação do prisma (ou interpretação) sob o qual o historiador almeja discutir o devir histórico. Se, como defende Ankersmit, disso segue a analiticidade de toda e qualquer afirmação interna à obra, o que o autor neerlandês afirma é que o conceito de “Revolução Industrial”, dentro da obra específica, equivale a um conjunto de afirmações $C = \{A1, \dots, An\}$ de forma que, para qualquer $a \in C$, predicar “a” de “Revolução Industrial” é analítico para aquele texto. Isto, por sua vez, implica uma teoria descritivista da referência³⁷.

Destrinchado de maneira menos formal, o argumento apresentado é o seguinte. Ao longo de um artigo ou livro sobre, e. g., a Revolução Industrial, algumas afirmações serão apresentadas. “A Revolução Industrial foi um fenômeno primariamente urbano”, “a Revolução Industrial foi um fenômeno europeu por excelência” e “a Revolução Industrial foi uma das principais causas do Imperialismo do século XIX” constituem exemplos de proposições que podem ser encontradas numa tal composição textual. Contudo, para Ankersmit, o conceito de “Revolução Industrial” somente pode ser entendido como a soma de todas as afirmações individuais feitas sobre ele, uma vez que tal conceito é operacionalizado como uma substância narrativa dentro do artigo/livro em que é encontrado. Disso resulta que afirmações como as da tríade acima exposta não contribuem para a expansão do conhecimento sobre o passado, já que, na prática, afirmar que “a Revolução Industrial foi um fenômeno primariamente urbano” equivale, no entendimento do holandês, a dizer que “há um x tal que x foi um fenômeno primariamente urbano e x foi um fenômeno europeu por excelência e x foi uma das principais causas do Imperialismo do século XIX e x foi um fenômeno primariamente urbano³⁸”, e essa afirmação faz-se analítica e, portanto, não-informativa.

Os textos produzidos no campo da História são, portanto, autorreferenciais para Ankersmit. Na prática, o autor argumenta que certas categorias são utilizadas para descrever o passado, e que as afirmações individuais produzidas pelo historiador ao longo de sua obra servem tão somente para destrinchar o que o autor quer dizer por meio dos conceitos que usa. Ao fim do livro/artigo/ensaio, tem-se uma noção completa (em sentido quase leibniziano³⁹) do conceito utilizado, mas não um entendimento sobre o passado em si.

Hayden White, por sua vez, faz-se menos filosoficamente explícito sobre suas posições relativas à referência no campo da História. Sua formulação mais clara a respeito do problema em questão pode ser encontrada em seu famoso argumento da prefiguração, presente quase

³⁷ Não exatamente como entendida em Russell e Frege, mas sim como entendida em autores como Strawson e Searle.

³⁸ Em termos mais formais, predicar a de X para narrativas historiográficas é, em Ankersmit, equivalente a afirmar $a(C=\{a, b, c, d...\})$. Em última análise, não há proposições da forma sujeito/predicado que podem ser informativamente feitas sobre uma substância narrativa, pois todo predicado presente na narratio é parte constituinte do próprio sujeito que qualifica.

³⁹ Em Leibniz, a noção completa de um termo equivale à totalidade das afirmações verdadeiras que apresentam aquele termo como sujeito. Para Ankersmit, essa noção completa seria, contudo, a totalidade das afirmações que explicitam o significado do(s) termo(s) utilizado(s) pelo autor em sua produção.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REFERENCIALIDADE E NARRATIVISMO: REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA DA HISTÓRIA
Luiz Henrique Bechtluft Bade

transversalmente na obra do autor⁴⁰. Segundo tal argumento, aquilo que cada obra historiográfica apresenta não é uma explicação a respeito do passado em si, mas sim tipos de enredo. O aparente entendimento da obra é, então, analisado por White como resultante da identificação de uma obra com um tipo de enredo específico. Na produção intelectual do autor durante os anos 70, quatro possibilidades de enredo foram apresentadas. Cada enredamento (*emplotment*) poderia ser cômico, trágico, satírico ou romanesco, e o aparente poder explicativo da obra historiográfica derivava, segundo White, tão somente da forma como as sequências de eventos eram narrativamente encadeadas numa estória de tipo determinado. Posteriormente, White se afasta da rigidez do esquema supracitado, mas mantém a ideia de que cada forma de representação do devir histórico faz sentido para uma comunidade de leitores tão somente dentro de formas de enredamento percebidas por aquela comunidade como válidas⁴¹ (situação da qual deriva o título daquela que talvez seja a obra mais influente de White em sua fase pós-Meta-História, *The Content of the Form*).

Em termos ligeiramente mais formais, o que White tenta argumentar é que afirmações como “a Revolução Industrial foi uma das principais causas do Imperialismo europeu” ganham capacidade explicativa apenas dentro de uma concatenação narrativa. Aqui, não há, como em Ankersmit, a preocupação em apresentar o conceito “Revolução Industrial” como um “átomo narrativo”, analiticamente ligado aos predicados apresentados ao longo da obra. Contudo, ainda subsiste a noção de que o significado dos termos equivale a uma descrição (ou gama de descrições) dentro de uma obra específica. White meramente adiciona a noção de que tal equivalência é operacionalizada dentro de códigos predeterminados de representação narrativa. Em outras palavras, White também pressupõe a teoria descritivista da referência, e apresenta, em seguida, o problema da prefiguração como complicação para a referencialidade dos conceitos históricos e historiográficos. Se Ankersmit se aproxima de Frege e Russell em suas discussões⁴², White se aproxima de Quine⁴³.

CONSIDERAÇÕES

Vê-se, pois, que há uma proximidade entre a epistemologia da História defendida por Frank Ankersmit e Hayden White e os desenvolvimentos da Filosofia da Linguagem ao longo do século XX. A Filosofia Narrativista da História parte, como se procurou demonstrar, das chamadas teorias descritivistas da referência. Tanto White quanto Ankersmit fundamentam suas posições relativas às possibilidades lógicas e epistemológicas da História numa forma ou noutra das primeiras teorias referenciais desenvolvidas no campo filosófico ocidental.

⁴⁰ Analisando-se a produção de White ao longo dos anos, o teor da prefiguração vai adquirindo tons gradualmente menos rígidos, uma vez que, em *Meta-História*, White via-se profundamente influenciado pela linguística estruturalista de autores como Lévi-Strauss e Chomsky, mas, em anos posteriores, afastou-se da categorização rígida típica da abordagem estruturalista. Cf. Paul (2011).

⁴¹ A legitimação de uma forma representativa pode ser dada por fatores políticos, estéticos e de diversas outras naturezas. Cf. Bade & Ricon (2023).

⁴² E, ainda mais intimamente, de Searle e Strawson.

⁴³ No sentido de que o uso de expressões e nomes denotam apenas relativamente aos hábitos de uma comunidade de falantes competentes da língua. Ambos os eixos apresentados, evidentemente, sofrem com algumas incongruências, que não podem ser completamente analisadas no presente momento.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

REFERENCIALIDADE E NARRATIVISMO: REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA DA HISTÓRIA
Luiz Henrique Bechtluftt Bade

As consequências mais profundas dessa ligação ainda precisam ser mais densamente analisadas. Contudo, já é possível afirmar que, da mesma forma como as teorias descritivistas apresentam problemas e adversários, também sua operacionalização dentro do Narrativismo deve ser tomada com alguma cautela.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Barbara. **Reference**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

ANKERSMIT, Frank. **History and Tropology**: the rise and fall of metaphor. Berkley: University of California Press, 1994.

ANKERSMIT, Frank. **Narrative Logic**: a semantic analysis of the historian's language. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1983.

ANKERSMIT, Frank; TAMM, Marek. Leibnizian philosophy of history: a conversation. **Rethinking History**, 2016. DOI: 10.1080/13642529.2016.1134931.

BADE, L. H. B.; RICON, L. C. C. Epistemologia e estética: apontamentos sobre historiografia e formas de representação. **MOSAICO REVISTA MULTIDISCIPLINAR DE HUMANIDADES**, v. 14, p. 162-173, 2023.

FREGE, Friedrich Ludwig Gottlob et al. On concept and object. **Mind.**, v. 60, n. 238, p. 168-180, abr. 1951.

FREGE, Friedrich Ludwig Gottlob. **Conceitografia**: uma linguagem formular do pensamento puro decalcada sobre a da aritmética. Tradução: Paulo Alcoforado, Alessandro Duarte e Guilherme Wyllie. Rio de Janeiro: Nau, Edur, 2019.

FREGE, Friedrich Ludwig Gottlob. Sense and reference. **The Philosophical Review**, v. 57, n. 3, p. 209-230, maio. 1948.

GRIFFIN, Nicholas, JACQUETTE, Dale. **Russell x Meinong**: the legacy of "On Denoting". Nova York: Routledge, 2009.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **A Monadologia e Outros Textos**. Tradução: Fernando Luiz Barreto Gallas e Souza. São Paulo: Editora Hedra Ltda., 2009.

NOONAN, Harold. **The Routledge Philosophy Guide to Kripke and Naming and Necessity**. Nova York: Routledge, 2013.

PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Cambridge: Polity Press, 2011.

PERSZYK, Kenneth J. **Nonexistent Objects**: Meinong and contemporary philosophy. The Hague: Martius Nijhoff Publishers, 1993.

QUINE, Willard van Orman. **From a Logical Point of View**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999.

QUINE, Willard van Orman. **The Roots of Reference**. La Salle: Open Court, 1973.

QUINE, Willard van Orman. **Word and Object**. Cambridge, Massachusetts: The M.I.T Press, 1970.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

REFERENCIALIDADE E NARRATIVISMO: REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA DA HISTÓRIA
Luiz Henrique Bechtluft Bade

RUSSELL, Bertrand. On denoting. **Mind.**, v. 14, n. 56, p. 479-493, out. 1905.

TARSKI, Alfred. **A Concepção Semântica da Verdade**. Tradução: Celso Braida et al. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

WHITE, Hayden. **Figural Realism**: studies in the mimesis effect. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2019.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. Tradução: José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

WHITE, Hayden. **The Content of the Form**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

WHITE, Hayden. **The Fiction of Narrative**: essays on History, Literature and Theory. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução: Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

ZAHAR, Elie. **Why Science Needs Metaphysics**: a plea for structural realism. Chicago: Open Court, 2007.